ETNOGRAFIA DE UM SISTEMA LÓGICO: A LAVOURA CAMPONESA DOS SITIANTES DE SERGIPE

GIRALDA SEYFERTH
Museu Nacional, UFRJ

WOORTMANN, Ellen F. e Klaas Woortmann. 1997. *O Trabalho da Terra: A lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 192 pp.

Os estudos dedicados ao campesinato poucas vezes deram atenção mais abrangente à dimensão simbólica que rege a lógica interna do processo de trabalho familiar. As implicações conceituais do "trabalho familiar" fazem parte de qualquer definição de camponês e têm lugar de destaque na formulação teórica de um sistema econômico próprio do campesinato, embora no campo da antropologia a concepção clássica introduzida por Kroeber e elaborada por Redfield tivesse enfatizado a dimensão rural de sociedades mais amplas levando em conta sistemas cognitivos. Quando os referentes são os dados econômicos, a lógica da racionalidade tem papel preponderante na construção de um modelo que, atualmente, fala da "agricultura familiar" como forma de fugir das implicações político-sociais da categoria camponês. Sem perder de vista a concepção básica da família como integrante de uma unidade de produção — elemento chave da caracterização econômica do campesinato, o que supõe a simbiose de empresa agrícola com economia doméstica destacada, por exemplo, por Galeski (1972) — o livro de Ellen e Klaas Woortmann traz uma análise detalhada do processo de trabalho de sitiantes sergipanos, destacando modelos de saber e de conhecimento sobre a natureza, o significado do trabalho e seus usos sociais.

A especificidade cultural do campesinato integra qualquer elenco de características, tanto quanto a condição de pequenos produtores agrícolas, desde que Kroeber, em 1923, incluiu os camponeses na sua definição de subcultura e, de algum modo, atribuiu a eles a ambigüidade classificatória de "part societies with part cultures"[1]. Essa perspectiva instruiu a elaboração do campesinato como categoria analítica na antropologia, sobretudo, a partir da publicação de *Peasant Society and Culture*, por Redfield, em 1956, de certa forma vinculada aos princípios teórico-metodológicos dos estudos de comunidade[2], as comunidades camponesas pensadas como partes de totalidades culturais e sociais maiores.

Na verdade, trata-se de um postulado muito genérico para dar conta dos problemas conceituais e sequer foi mencionado no verbete *Peasantry* da *Enciclopedia of the Social Sciences* (1930)[3], assinado por C. von Dietze. Ali, considerando que o termo campesinato está sujeito a muitas interpretações, Dietze afirma que elas têm em comum a concepção de que o camponês é "um cultivador do solo para o qual a terra onde trabalha com sua família é tanto um lar como um modo de vida" (1934: 48). É significativo que o verbete seja, principalmente, uma síntese sobre o campesinato medieval europeu[4], mas seu autor introduz a noção de "economia camponesa" ao citar o livro de Chayanov[5], apresentado como uma exceção num panorama caracterizado pela "falta de

---

1 Trata-se de um exercício quase taxonômico sobre a natureza da cultura, onde os camponeses são apenas mencionados como exemplo de subculturas ou *part cultures*. No entanto, esta breve alusão é repetida, desde então, em quase todas as definições de sociedades camponesas (Kroeber 1948).

2 Sobre a relação dos estudos camponeses com os estudos de comunidade ver Silverman 1979.

3 Publicada pela Editora Macmillan, Nova Iorque (1ª edição, 1930), em 15 volumes, e reimpressa várias vezes até a década de 1950, teve A.L.Kroeber como editor responsável pela parte de Antropologia, bem como a participação da American Anthropological Association através de Robert H. Lowie e Clark Wissler.

4 Uma tradição conceitual vinculada aos estudos das sociedades rurais européias, citada por Shanin (1971: 14), considera os camponeses como representativos de uma antiga tradição nacional que persiste quase como anacronismo histórico.

5 O texto citado é *Die Lehre von der bäuerlichen Wirtschaft*, Berlim: P.Parey, 1923, onde Chayanov constrói, com dados sobre o campesinato russo, uma teoria da economia camponesa, e que só seria publicado em inglês em 1966 pela American Economic Association. Dietze não menciona o artigo "Zur Frage einer Theory der nichtkapitalistischen Wirtschaftsysteme" (Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas), publicado na revista *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* 51 (1924), onde o autor sugere que a econonia camponesa deve ser tratada como um sistema econômico específico não capitalista (Chayanov 1966).

teoria". Segundo Dietze (1934: 52), a tese de Chayanov sustenta que a economia camponesa é "uma unidade familiar explicável em termos das necessidades de consumo dos seus membros em vez de uma empresa capitalista empenhada na obtenção de lucro", mas, apesar de sua importância, estava baseada apenas em dados russos, impedindo generalizações. Esse comentário talvez tornasse desapercebida a teoria — "redescoberta" pelos cientistas sociais na década de 1960 após a publicação do livro em inglês — mesmo nos debates entre formalistas e substantivistas que agitaram a Antropologia na década de 1950. A discussão em torno desse modelo econômico fez com que o conteúdo cultural implícito na caracterização feita por Dietze, bem como o conceito de *ethos* camponês construído por Redfield para dar conta de uma dimensão cognitiva, ficassem em segundo plano.

A tradição da Antropologia, Redfield inclusive, foi criticada porque se preocupou demais em situar as sociedades camponesas como "part-societies" produzindo, segundo Shanin (1971: 14), "a conseqüente tendência de tornar-se reificada em verdades auto-evidentes pelo volume diáfano de monótona repetição". No entanto, a Antropologia procurou, de modo mais sistemático que as demais ciência sociais, conceituar o campesinato na sua amplitude social e cultural (aí compreendidos os sistemas simbólicos), como pode ser percebido em um grande número de monografias e em em algumas coletâneas importantes como as de Potter, Diaz & Foster (1967) e Shanin (1971).

O *Trabalho da Terra* é um texto representativo dessa tradição, uma etnografia que tem por objetivo "analisar o processo de trabalho agrícola de camponeses nordestinos, buscando revelar sua lógica interna" (: 7). Longe de procurar apenas desvendar a natureza específica da unidade de produção familiar que se baseia no binômio aparentemente contraditório de empresa-economia doméstica, a etnografia produzida revela uma visão de mundo ao descrever as dimensões simbólicas do processo de trabalho e o modelo de saber que conformam as atividades econômicas desenvolvidas no espaço do sítio. Assim, ao seguir o exemplo de Malinowski para buscar a percepção sistêmica que os próprios sitiantes têm da natureza (: 7), os autores basearam-se nos dados obtidos com trabalho de campo realizado em alguns municípios do estado de Sergipe no início da década de 1980, num período de crise (provocada pela seca) definida como *reveladora*. Essa é uma referência interessante porque remete ao problema

da própria definição da condição camponesa que se torna mais manifesta quando está ameaçada, isto é, os signos que conformam os valores tradicionalmente associados ao modo de vida camponês, presumindo uma identidade social específica, são externalizados com maior vigor nas situações de crise[6]. A identidade dos sitiantes não é o tema privilegiado, mas, sendo o processo de trabalho na prática e nas representações um dos elementos que a constituem, ela está manifesta na etnografia.

A análise pretendida, delineada na introdução, diz respeito à produção, mas não exclusivamente, para desvendar sua lógica econômica, pois os resultados do trabalho no sítio importam menos do que o trabalho em processo e as idéias e conhecimentos que o precedem (: 13). Trata-se, pois, de um estudo sobre o *saber* camponês do qual o "pai-patrão" é o detentor pleno e, por essa razão, governa o processo de trabalho numa unidade produtiva hierarquizada, *saber* que os autores definem, com Godelier (e este com Lévi-Strauss), como "ciência do concreto" (: 14)[7], englobando algo mais do que conhecimento técnico porque envolve construções simbólicas e um processo histórico de configuração e transformação do sítio camponês.

O procedimento analítico, especificado como uma "tentativa de tradução cultural" feita por etnógrafos, outorga a palavra aos sitiantes: "O processo de trabalho, quando falado, é mais do que uma seqüência de ações técnicas. Quando comunicado a nós, pela fala, torna-se um processo discursivo, ganhando com isso múltiplos significados [...] o espaço do roçado só se tornou inteligível depois de explicado pelos sitiantes" (: 16).

A etnografia propriamente dita é precedida de uma breve, porém necessária, alusão ao passado, configurando uma história de expropriação de camponeses que não detêm a propriedade da terra que cultivam e são dramaticamente dependentes de terras de uso comum, ou libertas — as *soltas* — para sua reprodução social. O registro das transformações históricas, ainda que breve,

---

6 Analisando os reagrupamentos da população camponesa argelina promovidos pelo regime colonialista francês, Bourdieu e Sayad (1964) assinalaram que o próprio processo de perda da condição camponesa fornece a ocasião de apreender aquilo que faz o campesinato.

7 O uso da noção de "ciência do concreto" remete ao conhecimento envolvido na produção — os sistemas simbólicos refletindo o ordenamento classificatório sobre a natureza. Para Lévi-Strauss (1962), as categorias concretas são instrumentos intelectuais que podem ser utilizados para exprimir noções e relações abstratas.

mostra o encolhimento do espaço camponês, numa região dominada economicamente por criadores de gado, e as modificações ocorridas no *sítio*, termo que, no contexto analisado, designa "uma parcela de terra da qual se é *dono* pelo trabalho exercido e onde se localiza a casa, lugar da família" (: 19). O sítio idealizado é apresentado como um sistema equilibrado, composto de diversos espaços — mato, capoeira, chão de roça e/ou malhada, pasto, casa de farinha, casa e quintal - que garante a reprodução do campesinato. Na realidade atual, houve redução das áreas dos sítios, mata e capoeira são recursos escassos, diminuiu o cultivo da mandioca (com o conseqüente desaparecimento da casa de farinha), e o que existe de fato é a "terra de boi", pois o recurso ao arrendamento obriga o sitiante a plantar, junto com seus produtos, o capim que irá alimentar o gado do proprietário da terra (: 33) num outro momento.

A narrativa minuciosa contempla as várias etapas do processo de trabalho no sítio, embora se afaste de uma análise mais especificamente econômica da produção. Detém-se, antes, no *saber fazer*, que inclui o conhecimento sobre a terra, a vegetação, a distribuição do espaço, o tempo, o plantio, a técnica, etc., e que resulta na organização de "um ecossistema composto de partes articuladas", espaço organizado onde as plantas e a terra estão em harmonia. Na prática, tal ecossistema deriva da "aplicação de um saber" que é também "uma linguagem simbólica que constrói o mundo" (: 133). Por isso mesmo, o processo produtivo não é conduzido apenas pela lógica econômica: é tanto prática como simbólica, representando algo mais do que a dualidade economia doméstica/empresa que ajuda a configurar um sistema econômico específico.

A etnografia realizada e seus complementos, a partir da comparação com dados de outros autores, põe em evidência algumas questões importantes para a compreensão do mundo camponês que vão além do caso estudado. Assim, valores e sistema cognitivo que têm na dicotomia "quente-frio" a expressão mais elaborada do *saber*, princípios ritualísticos envolvidos na atividade econômica, significados da categoria trabalho e da terra, distinções de gênero envolvendo metáforas sobre a natureza, ética do trabalho e percepção da dominação exercida pelos proprietários, entre outros, são elementos que apontam para uma cultura camponesa, embora esta noção não possa ser generalizada para englobar todos os camponeses. De fato, tomadas como domínios separados, cultura e

prática econômica dizem muito pouco sobre o campesinato, nem são critérios unívocos para a construção dessa categoria social em grande parte elaborada teoricamente pela especificidade da agricultura familiar. A análise, portanto, se afasta de contextualizações estanques para apreender a totalidade (com partes articuladas entre si) representada pelo ecossistema *construído* pelo saber, mostrando a importância da visão simbólica do mundo na ordem econômica.

Tal abordagem, não centralizada na racionalidade da produção, descreve o sítio como lugar do trabalho e resultado do trabalho. Mas, se a parte substantiva do livro é uma minuciosa etnografia do processo de trabalho, a análise dos dados aponta para características representativas de um campesinato genérico — enfatizadas a partir da comparação com outros casos — com implicações sobre a própria idéia de "campesinidade". O exemplo mais óbvio desse sentido genérico é dado pela figura do pai-patrão, indicadora da hierarquia doméstica onde mulher e filhos não subordinados, o que levou alguns estudiosos a falar das "características patriarcais" do campesinato. Segundo Galeski (1972), dadas as características de pequena empresa da unidade doméstica camponesa da Polônia, os membros da família estão sujeitos à autoridade do pai que deriva do fato de este ser não só um administrador como o dono dos meios de produção. Ou, conforme Arensberg e Kimball (1971), num estudo sobre a família rural irlandesa, para citar mais um exemplo, o pai tem controle total do processo de trabalho e das relações sociais dos membros da família e as tarefas da mulher e dos filhos são consideradas complementares. Passando para a pertença da cognição, o caso estudado pelos Woortmann mostra com clareza que a autoridade do pai é, em grande parte, legitimada pelo *saber*, o conhecimento sobre o mundo natural (espécies de plantas, animais), os tipos de solo e os cultivos adequados a cada um, as técnicas agrícolas, os princípios classificatórios no contexto da produção (e mesmo além dela) que ordenam a lógica do consorciamento (mais de um tipo de planta cultivado na mesma área) e a organização do roçado a partir da oposição quente-frio, etc. A oposição quente-frio aparece no discurso dos sitiantes para definir solos e alimentos, por exemplo, e a partir dela organiza-se o processo de trabalho, pois o cultivo deve respeitar a natureza das plantas e dos solos. A "terra quente" (no sentido de ser fértil) não deve receber estrume porque as plantas seriam "queimadas", assim como as "plantas quentes" não podem ser cultivadas juntas porque seu desenvolvimento fica prejudi-

cado (: 107). Essa é apenas uma das analogias possíveis no universo simbólico que rege a oposição quente-frio, parte do *saber* que assegura ao pai a condição de detentor do "governo do trabalho" (: 37), numa hierarquia familiar com espaços e tarefas próprias para mulher e filhos.

Divisão do trabalho, assim, não é coisa simples, e a própria categoria trabalho impõe distinções de gênero e idade simbolicamente construídas. "Nesse contexto cultural, como em outras formas camponesas do Brasil, a categoria trabalho só se aplica ao homem, mais especificamente ao pai de família. No espaço da roça no sítio, a mulher, os velhos e os não-adultos em geral não 'trabalham'; sua atividade se define como *ajuda*" (: 134). São construções ideológicas que definem "circuitos de atividades" masculinos e femininos e daqueles que não são produtores plenos, onde as tarefas e os instrumentos para executá-las são diferentes dos dos homens (em especial do pai).

O caráter familiar da economia camponesa permanece sendo seu indicador mais pleno de significado prático, conforme assinalado na literatura,, mas a natureza dual da economia — a simbiose de empresa agrícola e economia doméstica — não quer dizer que o "econômico" e o "doméstico" constituem domínios separados. Trata-se, sobretudo, de um sistema onde as categorias da economia são pensadas de modo diverso do capitalismo ou, como afirmou Tepicht (1973), um "modo de produção" que se adapta a outras formações interioriza a seu modo as leis econômicas de cada uma delas, tem seus próprios princípios de existência.

Como mostra a etnografia sobre os sitiantes, o pai-patrão não é um "empresário moderno", mas tem o controle do modo de produção e o saber que lhe dá autoridade sobre o processo de trabalho; e seu discurso sobre *ganho* e *lucro*, assim como o discurso sobre o trabalho, embora carregados de simbolismos e vinculações com o catolicismo popular (: 155), não desprezam a lógica econômica, mas esta é passível de censura pela ética do trabalho. Os sitiantes sergipanos, como outros camponeses, tem valores e atitudes que não se coadunam exclusivamente com a lógica do mercado; produzem mercadorias para vender, mas as necessidades de consumo da família vem em primeiro lugar: "a comida deve ser produzida no interior da família que a consome [...] a terra, se é mercadoria no plano mais amplo da sociedade, é patrimônio para o sitiante" (: 182). Aqui, certamente, está privilegiada a dimensão simbólica, uma ética e

uma moralidade que se expressam na relação com a terra, pois as falas dos sitiantes revelam "que o domínio sobre a terra se justifica pelo trabalho [...] que a terra é *traditio*. Trabalhar e transmitir fazem o sitiante" (: 151). Enfim, a terra não é pensada como mercadoria.

Na verdade, a legitimação pela ideologia constrói uma imagem clássica de qualidades morais do bom camponês, um *ethos*, conforme definido desde Redfield[8], que reifica a tradição. Na prática, o comportamento (econômico) dos camponeses, como em qualquer outro grupo social, está instruído tanto por seus valores e ideologias como por motivações de natureza mercadológica. Mas isso não diminui a importância da visão simbólica do mundo, nem obscurece o fato de que as virtudes camponesas refletem um modelo econômico específico, portanto, sujeito a uma racionalidade própria.

Nesse modelo, o sitiante sergipano se define como "dono" da terra, afirmando seu direito pelo trabalho. Conforme demonstrado através da descrição das várias etapas do preparo da terra, o sítio é "construído", "derrubar o mato é um ato 'fundante'" (: 146), tarefa sábia de um trabalhador pleno capaz de domar a natureza, num processo que se completa com a coivara e do qual as mulheres e crianças não participam, pois só "ajudam" a partir do plantio. "Trabalho" e "ajuda" — termos reveladores da hierarquia interna da unidade familiar — constroem os diferentes espaços do sítio e a boa produção serve ao discurso da auto-suficiência (pelo menos em relação à comida). Enquanto "terra de trabalho", o sítio tem sua posse legitimada diante do proprietário, o que aponta para uma outra relação hierárquica, externa ao segmento camponês, expressada pela subordinação dos sitiantes aos proprietários das terras que praticam a pecuária. As formas de subordinação não são objeto da análise, mas aparecem, principalmente, quando os sitiantes falam dos arrendamentos ou da posse. Sítios muito exíguos exigem o recurso ao arrendamento, isto é, arrenda-se mais terra do proprietário pecuarista com a obrigação de plantar capim e, como conseqüência, amplia-se a pastagem em detrimento dos roçados. "O capim passa a dominar o espaço mais amplo da região, introduzindo na percepção dos fracos, um novo

8 Apesar do excesso de simplificação, as "atitudes" (ou "valores") relacionadas por Redfield (1965: 63-64) como componentes de um *ethos* camponês reaparecem com certa constância nas etnografias: atitude íntima e reverente com relação à terra, a idéia de que o trabalho agrícola é bom e o comércio nem tanto e diligência produtiva como principal virtude.

tempo, o tempo da 'terra do boi'" (: 34). Além da dominação exercida pelos proprietários, a frase revela a diferenciação interna do segmento dos sitiantes, outro problema conceitual que tem relação com a campesinidade, já que é difícil pensar num camponês unívoco.

A categoria *sitiante* tem um sentido genérico, principalmente, se for referida ao sítio idealizado. É uma identidade social que se impõe pelas características do sítio tradicional mais do que pelas condições de reprodução social existentes no momento da pesquisa, quando a área dos sítios ficou reduzida, com modificação no seu espaço interno (: 27-28). Conceitualmente, também nesse caso a identidade privilegiada é aquela que define a fração mais próxima da campesinidade ideal — o *liberto*, sitiante que é dono da terra, preferencialmente, *forte*. As diferentes categorias aparecem nos discursos sobre o processo de trabalho, embora não sejam objeto de análise específica.

> A construção ideológica do 'governo do trabalho' também se reflete no assalariamento. Um assalariado — um *alugado*, na terminologia local — conhece, 'objetivamente', tudo que é preciso saber sobre o processo de trabalho, mesmo porque ele também pode ser um pai de família, ainda que fraco. [...] O alugado não é um homem *liberto*, em sentido pleno. Pelo contrário, ele é, em graus variados, *sujeito*. O grau maior de sujeição é representado pelo *morador* ou mesmo pelo trabalhador *avulso* dos canaviais (incluídos na categoria *mundo*), não muito distantes geograficamente da região estudada, mas localizados simbolicamente no pólo oposto do sítio camponês. O grau menor é dado pelo assalariamento de um camponês fraco por outro forte (: 43).

Nesta transcrição aparecem várias categorias que identificam socialmente diversos modos de ser camponês, e a oposição básica expressa pelos termos *fraco* e *forte*, comum a muitos outros campesinatos, põe em evidência os elementos de construção simbólica da identidade social. Ser dono da terra (portanto, de um sítio) — situação oposta à de quem é *sujeito* (com o maior grau de dominação que a categoria invoca) — e ter o domínio do saber, que permite "governar" o trabalho, são qualidades essenciais do bom sitiante. A identidade, portanto, está na etnografia porque, em parte, é simbolicamente construída no processo de trabalho e seus resultados, pois a boa produção indica o bom lavrador, inclusive, com inovações trazidas do sul, como a horta (cuidada pela mulher) que, apesar da pouca importância no conjunto da produção, constitui sinal de prestígio (: 86). É interessante observar que a migração para o sul (São

Paulo) — portanto, o assalariamento — não tira do indivíduo que migra (e retorna) a condição camponesa, principalmente, se o migrante for sitiante *forte*. É uma situação próxima à de outros grupos camponeses, onde o assalariamento ocorre com certa freqüência, e a categoria *fraco* indica alguém que não possui terras em quantidade suficiente para a reprodução social[9].

As temáticas aqui mencionadas não dão conta da riqueza dos dados apresentados e são indicativas de que o desvendamento da lógica interna do processo do trabalho não se limitou à análise econômica de um modo de produção classificável como camponês. Ao focalizar o sistema de valores e atitudes, o conhecimento (ou *saber*), enfim, uma visão de mundo, os autores mostraram como o sítio camponês é culturalmente construído. Os principais aspectos da visão sistêmica dos sitiantes sobre a natureza e do processo de trabalho em sua dimensão simbólica, retomados nas considerações finais, mostram as virtudes analíticas de uma etnografia bem construída que ultrapassa os dados empíricos para discutir algumas questões gerais relativas à condição camponesa e ao sistema costumeiro de organização da produção traduzido como modelo auto-sustentado de economia.

BIBLIOGRAFIA

ARENSBERG, C. M. e S. T. KIMBALL. 1971. "The Small Farm Family in Rural Ireland". In *Sociology of the Family* (M. Anderson, org.). Middlesex: Penguin Books. pp. 19-42.

BOURDIEU, P. e A. SAYAD. 1964. *Le Déracinement: La crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie*. Paris: Minuit.

CHAYANOV, A. V. 1966. *The Theory of Peasant Economy*. Homewood, Ill.: The American Economic Association.

DIETZE, C. VON. 1934. "Peasantry". In *Encyclopaedia of the Social Sciences* XII. Nova Iorque: Macmillan. pp. 48-53.

GALESKI, B. 1972. *Basic Concepts of Rural Sociology*. Manchester: Manchester University Press.

9 Entre colonos de Santa Catarina, por exemplo, a dicotomia forte-fraco distingue o camponês pleno, que possui uma propriedade idealizada como tradicional e suficiente para prover a família, do camponês proprietário de uma parcela insuficiente que precisa recorrer ao assalariamento. No entanto, ambos os tipos mantêm sua identidade camponesa e são considerados membros da mesma comunidade rural (Seyferth 1992).

KROEBER, A. L. 1948. "The Nature of Culture". In *Anthropology*. Nova Iorque: Harcourt, Brace. pp. 252-310.

LEVI-STRAUSS, C. 1962. *La pensée sauvage*. Paris: Plon.

POTTER, J. M., M. DIAZ e G. FOSTER. 1967. *Peasant Society: A reader*. Boston: Little Brown.

REDFIELD, R. 1965. *The Little Community: Peasant society and culture*. Chicago: The University of Chicago Press.

SEYFERTH, G. 1992. As Contradições da Liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 18: 78-95.

SHANIN, T. 1971. "Introduction". In *Peasant and Peasant Societies* (T. Shanin, org.). Middlesex: Penguin Books. pp. 11-19.

SILVERMAN, S. 1979. The Peasant Concepts in Anthropology. *The Journal of Peasant Studies* 7(1): 49-69.

TEPICHT, J. 1973. *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*. Paris: A. Colin.